

EDITAL DE CHAMADA DE RESUMOS DE TRABALHOS PARA A 7ª JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)

A presente chamada tem por objetivo receber resumos de trabalhos para a 7ª Jornada de Ciências Sociais da UFJF, que se realizará entre os dias 04 a 08 de abril de 2021, com o tema “**Ocidente em crise no Século XXI: diálogos interdisciplinares**”.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A Comissão Organizadora da 7ª Jornada de Ciências Sociais da UFJF faz saber que estarão abertas, a partir do dia 24 de novembro de 2021, as inscrições para submissão dos trabalhos científicos.

- 1- O prazo para a submissão de resumos de trabalhos para os Grupos de Trabalho (GTs) será de 24 de novembro até 07 de janeiro de 2022 – prorrogado até 11 de fevereiro de 2022;
- 2- Em 21 de fevereiro de 2022 serão divulgados os resumos aprovados pelos coordenadores dos GTs no site oficial da 7ª Jornada de Ciências Sociais da UFJF;
- 3- O envio dos trabalhos completos deverá ser realizado até o dia 18 de março de 2022;
- 4- Estarão possibilitadas as inscrições dos trabalhos científicos que versem sobre temas contidos nos GTs aprovados, quais sejam:

GTS DE GRADUAÇÃO E E-MAILS PARA ENVIO DE PROPOSTAS

Nome do GT	Email para envio de resumo
1. Capitalismo na periferia do mundo: dilemas do processo de modernização do estado capitalista brasileiro	gtcapitalismoperiferico@gmail.com
2. Juventudes, desigualdade e educação	grupodetrabalhojuventudes@gmail.com
3. Responsabilidades sociais em redes sociais: os impactos dos meios de comunicação nas estruturas globais	responsabilidadesredessociais@gmail.com
4. Democracia Liberal em Crise: Ascensão da Extrema Direita no Brasil	gtdemocracialiberalcrise@gmail.com

*Os resumos dos GTs de Graduação se encontram no ANEXO A deste edital.

GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO E E-MAILS PARA ENVIOS DE PROPOSTAS

GT 5 - Imagens e produção de conhecimento em Ciências Sociais	imagenseproducaodeconhecimento@gmail.com
GT 6 - O Ensino de Ciências Sociais e a Formação de Professores: o que a pós-graduação tem a nos dizer?	gtposoensinodecienciassociais@gmail.com
GT 7 - O SUS no contexto de crise democrática: legitimidade, defesa e construção das políticas de saúde	democracianosus@gmail.com
GT 8 - Tecnologias e Sociedade	tecnologiasesociedade@gmail.com
GT 9 - Democracia, Representação e Eleições	democracia.eleicoes@gmail.com
GT 10 – As Ciências Sociais e a interdisciplinaridade frente à questão climática	gtmudancasclimaticas112@gmail.com
GT 11 – Interseccionalidade entre raça, classe e gênero nas Ciências Sociais	intersecjornadacso@gmail.com
GT 12 – Existências afro-latino-americanas na arte	arteafrolatinoamericana@gmail.com

*Os resumos dos GTs de Pós-Graduação se encontram no Anexo B deste edital.

DAS INSCRIÇÕES

5- Para os GTs de Graduação somente serão aceitos resumos e trabalhos científicos de estudantes de graduação ou graduados; Para os GTs de Pós-Graduação serão aceitos resumos e trabalhos científicos de estudantes de pós-graduação ou pós-graduados;

6- Fica vetado aos coordenadores apresentar trabalho em seus próprios GTs. Poderão propor

resumos em outros Grupos de Trabalho;

7- Poderão submeter resumos e trabalhos científicos alunos e pesquisadores vinculados à outras instituições de ensino superior, além da UFJF, ou mesmo aqueles/as que não tiverem vínculo com instituições de ensino superior, mas atendam ao grau de graduação exigido no item 6 deste edital para cada GT;

8- A seleção e aprovação dos resumos e trabalhos completos é de responsabilidade dos coordenadores dos respectivos GTs, para os quais serão enviados, via email, as respectivas inscrições;

9- Os resumos deverão ser enviados para o respectivo e-mail do GT, sendo que os proponentes devem se atentar para a titulação exigida para cada tipo de GT e das normas de formatação;

10- Não serão aceitos resumos incompletos, que não cumpram as normas para submissão de trabalhos;

DAS NORMAS PARA A INSCRIÇÃO DOS RESUMOS:

11- Todos os resumos devem se enquadrar nas seguintes normas:

- ✓ Título: até 200 caracteres, contabilizando os espaços;
- ✓ Resumo: até 2.000 caracteres, contabilizando os espaços;
- ✓ Palavras-chaves: 3 (três) a 5 (cinco);
- ✓ Fonte: Times New Roman, tamanho 12;
- ✓ Os resumos devem ter enquadramento aos temas dos Grupos de Trabalho;
- ✓ Nos resumos devem ser abordados os objetivos, método empregado, resultados e conclusões;
- ✓ Não serão aceitos resumos que estejam na forma de tópicos;
- ✓ O texto do resumo deve ser corrido, formado por frases concisas, afirmativas, simples e coerentes;
- ✓ As palavras-chaves devem ser incluídas logo abaixo do resumo;
- ✓ Não se deve incluir referências bibliográficas no resumo, apenas no trabalho completo a ser enviado posteriormente.
- ✓ Serão admitidos até 2 (dois) coautores, que devem se inscrever, assim como o primeiro autor e pagar a taxa de inscrição como apresentadores de trabalhos, em formulário próprio disponibilizado no site oficial do evento.

12- As vagas para apresentação de trabalhos nos aludidos Grupos de Trabalho são limitadas. A confirmação de recebimento do resumo não significará o ACEITE, mas sim que o trabalho está de acordo com as normas requeridas e em concordância com o GT no qual foi inscrito. O aceite será enviado aos e-mails dos respectivos selecionados no dia 21 de fevereiro de 2022, bem como publicado no site oficial do evento;

14- Inserção de coautores:

- ✓ Cada trabalho poderá ter até 2 (dois) coautores, totalizando 3 (três) autores;
- ✓ Os coautores deverão realizar a sua inscrição no sistema geral de inscrições disponível no site do evento. O coautor deverá pagar a inscrição na categoria “apresentação de trabalho”, assim como o primeiro autor;
- ✓ É de responsabilidade do primeiro autor o fornecimento do nome e email do (s) coautor (es) vinculado ao resumo.

DAS NORMAS PARA ENVIO DE TRABALHOS COMPLETOS

15- Os autores de resumos aprovados devem enviar o trabalho completo até o dia 18 de março de 2022;

16- Os trabalhos aprovados deverão seguir a seguinte formatação:

- Formato PDF;
- Página de rosto (capa) com as seguintes informações:
 - ✓ 7ª Jornada das Ciências Sociais da UFJF
 - ✓ 04 a 08 de abril de 2021, Juiz de Fora (MG)
 - ✓ Grupo de Trabalho: [indicar nome do GT]
 - ✓ Título do Trabalho: [idêntico ao registrado no momento da inscrição]
 - ✓ Nome completo e instituição do(s) autor(es)
 - ✓ Fonte: Times New Roman, 12.
 - ✓ Formatação do texto: fonte: Times New Roman, tamanho 12; espaçamento entre linhas de 1,5; entre 10 e 12 páginas.

DAS APRESENTAÇÕES

- 17- Autor(es/as) do trabalho terão o tempo estimado de 15 (quinze) minutos para a apresentação, e mais 5 (cinco) para responder a dúvidas e questionamentos dos presentes. Os coordenadores dos GTs têm autonomia para ajustar o tempo proposto, respeitando os horários da programação geral do evento;
- 18- Será concedido certificado aos apresentadores dos trabalhos;
- 19- Autor(es/as) dos trabalhos serão comunicados/as quanto à data da apresentação que será feita de forma online;
- 20- As apresentações serão organizadas em salas virtuais, durante a 7ª Jornada de Ciências Sociais entre os dias 04 e 08 de abril de 2022;
- 21- Os apresentadores dos trabalhos científicos devem acessar o link definido pela comissão organizadora na data e horário estipulados. O atraso poderá causar desclassificação imediata do trabalho, condição em que não haverá reembolso das taxas de inscrição anteriormente pagas;
- 22- Os GTs ocorrerão em, no máximo, duas sessões cada, em dois dias diferentes, com no máximo 05 (cinco) apresentações orais em cada, conformando um máximo de 10 (dez) apresentações por GT;
- 23- As sessões dos GTs de graduação e pós-graduação serão em horários diferentes. Não haverá concomitância entre GTs de graduação e pós-graduação;
- 24- As sessões dos GTs serão acompanhadas por um/a debatedor/a, podendo ser um em cada sessão ou o mesmo para as duas sessões;
- 25- Todos os trabalhos aprovados e apresentados serão publicados nos anais da 7ª Jornada de Ciências Sociais da UFJF.

CRONOGRAMA

Prazo para submissão de resumos nos GTs:	24 de novembro de 2021 a 11 de fevereiro de 2022.
Divulgação dos trabalhos aprovados pelos coordenadores dos GTs:	21 de fevereiro de 2022
Prazo para envio dos trabalhos completos:	De 22 de fevereiro de 2022 a 18 de março de 2022

DAS TAXAS DE INSCRIÇÃO

Categoria	Valor
A. Estudantes de graduação ou graduados que vão apresentar trabalho em GT	R\$10,00 (dez reais)
B. Estudantes de pós-graduação ou pós-graduados que vão apresentar trabalho	R\$15,00 (quinze reais)
C. Minicursos	R\$15,00 (quinze reais)
D. Estudantes de graduação ou graduados que vão apresentar trabalho + participação em Minicurso	R\$15,00 (quinze reais)
E. Estudantes de pós-graduação ou pós-graduados que vão apresentar trabalho + Minicurso	R\$20,00 (vinte reais)
F. Ouvintes	Não será cobrada taxa de inscrição para participação de ouvintes em mesas, conferências, oficinas e GTs do evento.

26- As informações para pagamento das taxas serão disponibilizadas até a data de 21/02/2022 no site oficial do evento.

DAS EXIGÊNCIAS PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO

- 27- A solicitação da isenção da taxa de inscrição implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar desconhecimento;
- 28- O pedido de isenção das taxas de inscrição deverá ser realizado pelo requerente em declaração própria e encaminhada para o e-mail: pagamento7jornada@gmail.com entre 21/02/2021 e 10/03/2022; O requerente deverá inserir seus dados e juntar os documentos solicitados pela Organização da Jornada (como consta em tabela abaixo);
- 29- Os documentos juntados pelo(a) requerente serão analisados pela Comissão Financeira da

- Jornada, que poderá ou não atender ao pedido de solicitação de isenção da taxa de inscrição;
- 30- O requerente deve se responsabilizar pela juntada, dentro do prazo estipulado, dos documentos destinados à solicitação da isenção das taxas de inscrição;
- 31- A Comissão Financeira não analisará pedidos de isenção de taxas de inscrição que: - Não estejam acompanhados dos documentos comprobatórios; - Forem realizados fora do prazo estabelecido pela Organização da Jornada;

Quem pode pedir isenção	Documentos necessários
1) Pessoas inscritas no CadÚnico como dispõe o decreto 6.593/2008, regulamentador do que dispõe a lei 8.112/90 e membros de família de baixa renda.	- Cópia de documento que ateste a inscrição no CadÚnico (Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal), incluindo o número do NIS (Número de Inclusão Social). Obs: O NIS informado deverá ser do próprio candidato e não de seus pais ou de terceiros.
2) Pessoas com renda familiar per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio e ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou como bolsista integral em escola da rede privada, como dispõe a lei 12.799/13.	- Cópia digitalizada da Declaração Escolar onde consta ter cursado o ensino médio em escola pública ou como bolsista integral em escola da rede privada.

- 32- Aqueles que solicitarem a isenção de inscrição devem declarar serem membros de família de baixa renda e estar cientes de que as informações enviadas por e-mail são verdadeiras, assim como os documentos juntados, sob pena de indeferimento do pedido;
- 33- O solicitante que tiver seu pedido de isenção indeferido deve proceder ao pagamento do valor da inscrição normalmente; Serão aceitos pagamentos via depósito, pix, ou transferência bancária até o dia 31/03/2022; Os comprovantes de pagamento deverão ser enviados para o email: pagamento7jornada@gmail.com A inscrição e acesso ao evento somente serão efetivadas se o pagamento for realizado; O resultado dos pedidos de isenção das taxas de inscrição que forem deferidos serão divulgados até o dia 20 de março de 2022.

ANEXO A – GRUPOS DE TRABALHO DE GRADUAÇÃO

GT 1 - Capitalismo na periferia do mundo: dilemas do processo de modernização do estado capitalista brasileiro

Coordenadores:

Juliano Guimarães

Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora

Nathan Assunção Agostinho

Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora

Paola Silvia de Araújo

Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: Cabe estabelecer que a reprodução da pobreza e das desigualdades sociais e econômicas no tocante às questões de políticas sociais, trabalho e garantia de direitos, sempre constituíram um dilema frente aos ideais democráticos de igualdade e dignidade da pessoa humana nas sociedades capitalistas modernas. Assim sendo, é notável o fato de que a modernização de um país caminha pari passu a sua capacidade de institucionalização, na medida em que, juntos, ambos os fatores coincidem com o estabelecimento da democracia, afinal, após 1945, “ser moderno”, preconizava a característica de “ser democrático”. O caminho percorrido pelo Brasil é um tanto controverso, haja vista que a democracia vem sendo sistematicamente esfacelada em prol dos interesses macroeconômicos trazidos à baila dos anos 1990 com o fortalecimento de políticas neoliberalizantes na América Latina. Logo, a modernização à brasileira tem sido estudada em diversas perspectivas comparativas, por vezes entendida como via prussiana de modernização. Nessa perspectiva, o argumento de Chico de Oliveira (2003) nos mostra que o caso do Brasil é uma aberração se comparado com outros arranjos institucionais - uma vez que o autor assimila o Brasil ao ornitorrinco, animal posto como um produto contraditório da evolução por Charles Darwin. A partir do argumento mencionado, pode-se fundamentar a importância de se pensar a condição de periferia do capitalismo vivenciada pelos países latino-americanos que sofreram colonização exploratória, sobretudo o Brasil. Portanto, a

proposta para o presente Grupo de Trabalho visa promover a discussão acerca dos reflexos que a condição periférica do capitalismo nos proporciona. De modo que vale sublinhar questões que tangem a lógica do trabalho precarizado em que se percebe os contingentes de trabalhadores fora das relações de trabalho assalariadas, desprotegidos da legislação trabalhista, constituindo um “exército industrial de reserva”, formado por famílias de trabalhadores pobres e subalternizados. Ademais, vale considerar que o debate se faz de suma importância na medida em que o ideal de igualdade como princípio do desenvolvimento econômico esteve ausente do paradigma sócio-histórico-econômico brasileiro, e, assim, a reprodução da pobreza e das desigualdades sociais no Brasil resulta de uma herança patrimonial autoritária do Estado capitalista nos trópicos - gerando desigualdades e impedindo a implementação efetiva do projeto democrático da constituinte de 1988.

GT 2 – Juventudes, desigualdade e educação

Coordenadores:

Camila Costa Teles

Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora

Igor Gabriel de Oliveira Morais

Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora

Lorena Medeiros

Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: O presente GT objetiva reunir considerações acerca das Juventudes e suas diversidades. Isto é, em sociedades diversas e plurais “...É impossível a existência de apenas uma única juventude, sendo assim, compreendida uma juventude no plural. A partir dessa concepção é possível analisar a juventude em suas várias possibilidades de viver, suas limitações, dadas as demais estruturas e condições sociais” (GROPPO, 2017). Nesse sentido, obtendo as Juventudes como uma categoria social plural, caracterizadas por especificidades e práticas sociais determinadas no tempo e no espaço, (CASSAB, C, 2010); (DAYRELL, J, 2003.) entende-se necessário articular a categoria Juventudes com as noções de Desigualdade e Educação. Partindo da sistematização destes conceitos, a proposta do GT é debater as Juventudes por meio das relações educacionais, em suas diferentes manifestações e contextos sociais. Entende-se que as

Juventudes são afetadas por desigualdades promovidas tanto pelo Estado, quanto pela sociedade, evidentes no âmbito escolar, em seus espaços de lazer e moradia, no mercado de trabalho. Partindo das relações entre as juventudes e as instituições sociais, que se refletem por meio das violências simbólicas e não simbólicas como a experimentação do racismo e o apagamento da herança étnico-racial presentes na sociedade, através dos aparelhos ideológicos do Estado e em diversos campos sociais (Mídia, Justiça, Forças de Segurança, Escola, entre outros) (BOURDIEU, 2007). Portanto, justifica-se o estudo das Juventudes e suas categorias analíticas dado que o conceito vem mobilizando grandes temas presentes no debate das Ciências Sociais tais quais: articulação e comportamento político, desigualdade social, política de cotas, questões étnico-raciais, evasão escolar, violência, necropolítica, gênero e sexualidade, religião, dentre outros. (GONZALES, L. 2020)

GT 3 - Responsabilidades sociais em redes sociais: os impactos dos meios de comunicação nas estruturas globais

Coordenadores:

Guilherme de Abreu Duque

Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora

Nathália Coimbra de Almeida

Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora

Gabrielle Lima Cardoso

Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: As redes sociais, possuindo como objetivo conectar pessoas e, por consequência, tendo um grande impacto sobre a divulgação de informações, acaba por possuir um peso central na formação do indivíduo contemporaneamente. O presente grupo de trabalho (GT) tem por objetivo trazer pesquisas que demonstrem as interferências que esses campos cibernéticos têm no contexto geopolítico. Nesse sentido, trabalhos que tragam as relevâncias desses meios de comunicação no imaginário social, assim como os impactos cada vez maiores na política e nas formas de se entender a realidade globalizada. Considerando o tema geral da jornada, o GT acrescenta uma visão mais voltada ao contexto dos impactos que a divulgação de informações percorre online, repercutindo ao redor do globo, além de tanto frequentar o cotidiano ocidental. Além disso, tendo

em vista que os meios de comunicação possuem suas sedes, em sua maioria, em países do norte global, entende-se que parte do seu repertório simbólico que será construído e divulgado através da plataforma será, em grande parte, com ideologias majoritariamente europeias e norte-americanas. E sendo estes um dos meios de comunicação primários na atualidade, e em se tratando das crises ocidentais, tais ideologias acabariam perpassando pelo imaginário cibernético e levando informações pelas lentes de tais centros, dispersando suas crises ao senso comum globalizado. Acrescenta-se que, em meio a tais pontos, a dicotomia do imaginário popular ocidental e oriental pode entrar em choque, considerando as divergências culturais, além da globalização crescente que acaba por levar cada vez mais uma cultura ocidental às periferias globais.

GT 4 - Democracia Liberal em Crise: Ascensão da Extrema Direita no Brasil

Coordenadores:

Ademildo Walquimar Ferreira

Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora

Valquíria Fiorilo Rocha Baquim

Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora

Crisane Esteves Palma Sobreira

Graduanda em Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: O debate acerca dos limites e da capacidade de atuação da democracia enquanto um modelo político inserido em um sistema econômico liberal representa um assunto de valioso interesse para as Ciências Sociais. O funcionamento pleno das engrenagens democráticas é, na prática, impossibilitado pela operação da máquina capitalista que, atuando segundo a ideologia neoliberal, impede o estabelecimento concreto das condições sociais de igualdade necessárias para o processo democrático pertinente. Autores diversos vem dedicando seus estudos a entender os processos de deslegitimação da democracia ocorridos em diferentes regimes e países do mundo. No livro “Os Engenheiros do Caos”, o autor Giuliano da Empoli descreve os diversos mecanismos utilizados por especialistas na tentativa de desestabilizar os arranjos tradicionais das corridas eleitorais democráticas em favor da eleição de políticos de direita. Já no livro “Como as democracias morrem” os autores Steven Levitsky e Daniel Ziblatt demonstram como a ascensão

da direita radical está associada com o enfraquecimento e questionamento das instituições democráticas e seu caráter representativo. Ao analisar os acontecimentos e processos que desencadearam na eleição de Donald Trump enquanto presidente dos Estados Unidos, eles constatarem que em grande medida o sucesso eleitoral do republicano está relacionado com seu posicionamento de “outsider” político, transgressor do padrão tradicional de “se fazer política”. Especificamente atento ao decurso da ruptura democrática à brasileira, o autor Luis Felipe Miguel descreve, em “O colapso da democracia no Brasil”, como determinados grupos de interesses operaram no sentido de sabotar os mecanismos e instituições democráticas. A articulação de um golpe democrático ocorrido em 2016 através do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff alargou os caminhos de ascensão da extrema direita no país. Considerando as circunstâncias políticas brasileiras no contexto atual, em que o presidente do país adota posicionamentos abertamente antidemocráticos e flerta constantemente com aspirações golpistas, é fundamental discutir o tema da crise da democracia liberal no Brasil nas esferas acadêmicas das Ciências Sociais. A discussão não só é necessária como urgente, pois é preciso definir meios de enfrentamento e resistência aos constantes ataques e tentativas de desmantelamento do regime democrático.

ANEXO B – GRUPOS DE TRABALHO DE PÓS-GRADUAÇÃO

GT 5 - Imagens e produção de conhecimento em Ciências Sociais

Coordenadores:

Leonardo Bruno Barbosa

Doutorando do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Léa Cristina Vilela Sá Fortes Pedreira

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Resumo: A partir da redefinição da experiência humana trazida pelas novas tecnologias e de forma especial pela produção e circulação de imagens, torna-se imperativo analisar e discutir os modos de reorganização do conhecimento através da intermediação dessa ferramenta-imagem nas áreas da sociologia e da antropologia como campos de investigação. Esse potencial material de trabalho guarda em si elementos que o fazem particular no campo da epistemologia. Para esta discussão, faz-se necessário compreender as formas mais tradicionais de construção de conhecimento e confrontá-las com exemplos das formas de construção de conhecimento características do momento contemporâneo. Essas atuais formas são estruturadas sobre a ação dos meios tecnológicos, implicando muitas vezes na relação do indivíduo com o ciberespaço, e por esse motivo, muitas vezes associada à quantidade de informações produzidas e à velocidade de sua socialização, constituindo formas de conhecimento mais fluidas e relativizáveis. Se a imagem, em algum momento na história de suas teorias, já foi vista como “espelho do real”, hoje em dia não pertence nem mesmo à classe de índice, conforme descreveu Philippe Dubois em O Ato Fotográfico, deixando de ser um tipo de traço do real após o advento e a disseminação das imagens digitais e suas pós-produções. Se ainda considerarmos que uma imagem não possui um sentido em si, mas sempre depende de seu contexto de produção e do sentido dado por quem a olha, seu uso como fonte de estudo/investigação abre caminho para um amplo e instigante debate

epistemológico. O GT “Imagens e produção de conhecimento em Ciências Sociais”, nesse contexto, pretende ser um espaço de compartilhamento de experiências, seja sobre metodologias em trabalhos acadêmicos com o uso de imagens, seja sobre experiências diversas que de alguma maneira contribuem para a reflexão do uso das imagens como ferramentas de pesquisa na área de Ciências Sociais. Ou ainda, experiências que apontem novos modelos de constituição de conceitos e formas de produção de conhecimento compatíveis com o momento contemporâneo.

GT 6 – O Ensino de Ciências Sociais e a Formação de Professores: o que a pós-graduação tem a nos dizer?

Coordenadores:

Raquel Duque

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Maria Muniz Loureiro

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Resumo: Este grupo de trabalho tem como intuito dialogar com pesquisas que versem sobre a temática do ensino das Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia – nas modalidades de ensino básico e ensino superior. Em tempos de crise, a disciplina de Sociologia tem como marco histórico no seu processo de institucionalização no Brasil um caráter intermitente nos currículos escolares. Esse processo, iniciado na década de 1920, foi alvo de diversas transformações desde seus primórdios até hoje. Até que, em 2009, a disciplina de Sociologia se tornou obrigatória no Ensino Médio da educação básica brasileira, e com isso, galgou um significativo espaço, continuamente ameaçado pelas diferentes conjunturas políticas. Um exemplo disso é a formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), construída a partir da Lei no 13.415/20171 que estipula as diretrizes para a chamada “Reforma do Ensino Médio”, onde a Sociologia deixa de ser obrigatória e se torna uma disciplina componente da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. É importante ressaltar que acreditamos na importância da disciplina de Sociologia no Ensino Médio para contribuir com o desenvolvimento de indivíduos conscientes e críticos diante dos fenômenos sociais. Em um contexto onde o discurso anti-democrático é formulado na perspectiva do senso comum é definida a importância desta

disciplina que possibilita o letramento político. A hierarquização de disciplinas, propostas pela BNCC, é a nova face da ameaça da permanência da Sociologia na educação básica. Essa diluição da disciplina de Sociologia no Ensino Médio afeta diretamente a formação de professores, por ameaçar a trajetória profissional de grande parte dos licenciados em Ciências Sociais. Essa preocupação ao longo das últimas décadas é foco neste GT que busca diálogos em um espaço crítico-reflexivo com interlocutores que se interessem nas temáticas: Institucionalização da disciplina de Ciências Sociais; Reforma do Ensino Médio; BNCC; Formação de Professores.

GT 7 - O SUS no contexto de crise democrática: legitimidade, defesa e construção das políticas de saúde

Coordenadores:

Astrid Sarmento Cosac

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Rodrigo Pastor Alves Pereira

Doutorando do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Resumo: Além de disposição legal, prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei Federal no 8080, de 1990, a participação social na saúde compõe a arquitetura institucional do Estado Democrático de Direito e um dos sentidos mais visíveis da democracia no interior do sistema de saúde brasileiro. A participação direta da população, vocalizando demandas e acompanhando as políticas de saúde, foi fundamental para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e se tornou ferramenta importante para seu aprimoramento. Os processos participativos passaram por progressiva, mas tensa, institucionalização e diversificação de arranjos participativos nas últimas décadas, destacando a atuação do controle social, efetivando e fortalecendo os espaços de deliberação através das conferências, conselhos, ouvidorias e mesas coletivas de negociação, entre outros. Porém, isso não foi suficiente. O cenário de crise democrática atual indica um horizonte cada vez mais obscuro em relação a direitos básicos e à cidadania, incluindo o desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS), estratégias de deslegitimação de seus princípios, subfinanciamento, ênfase na lógica de mercado, entre outros aspectos. Este Grupo Temático (GT) propõe debates sobre o funcionamento e a efetividade dos arranjos participativos no

fortalecimento da democracia e na qualificação das políticas públicas, com foco em temas como:

a

intensidade da mobilização da comunidade nos espaços de participação; a efetividade do controle social na fiscalização das contas públicas e do funcionamento do aparato institucional; déficits na autonomia, na organização e no adequado desempenho em termos de acesso à saúde. Uma premissa fundamental, que se destaca nesse GT, é a consideração da saúde como direito, necessário para a consolidação da cidadania plena, de caráter inclusivo, onde a democracia é marcada pela convivência com diversidades. Os debates acadêmicos sobre o funcionamento e sobre a efetividade dos arranjos participativos na saúde no fortalecimento da democracia e na qualificação das políticas públicas é extremamente importante neste momento, considerando que estamos em um período de crise sanitária mundial e ainda não sabemos quais serão os impactos da pandemia de COVID-19 para a sociedade. Dado o caráter interdisciplinar da 7ª Jornada de Ciências Sociais, este GT apresenta-se coerente com a proposta do evento e pode contribuir para ampliar a circulação e o diálogo entre saberes e práticas no campo da Saúde Coletiva, Políticas Públicas e Sociedade.

GT 8 – Tecnologias e Sociedade

Coordenadores:

Ana Carolina E. Polessa

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Michelle Modesto

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Resumo: À medida que a sociedade incorpora plataformas de redes sociais, algoritmos e outras inovações tecnológicas, diversos aspectos da vida mudam irreversivelmente. Mas, de acordo com a lei de Kranzberg, “as tecnologias não são boas nem más, nem neutras”. No entanto, sua capacidade de transformar a sociedade é indiscutível, como demonstram a consolidação de múltiplas esferas públicas digitais, o protagonismo das plataformas corporativas na mediação das relações sociais, a normalização de uma individualidade ciborguizada e as comunidades contraditórias que se proliferam em zonas opacas da internet. As tecnologias de informação e

comunicação, assim como favorecem os processos decisórios e a circulação de conhecimento, também alimentam incertezas, seja pela curadoria confiada a algoritmos invisíveis, pela apropriação e comercialização de dados pessoais para aplicação em campanhas de marketing, pela ubiquidade dos sistemas de vigilância ou pelo aprimoramento das inteligências artificiais. Além dos usos instrumentais, concebidos para direcionar as opiniões conforme interesses privados, há ainda a possibilidade de impactos negativos “acidentais” em função das próprias limitações das TIC, como a utilização de dados defeituosos, incompletos ou generalizados e mesmo falhas humanas na elaboração de modelos decisórios. Diante dessa plethora de desafios indissociáveis das TIC e alinhado ao tema “Ocidente em Crise no século XXI: diálogos interdisciplinares nas Ciências Sociais” da 7ª Jornada de Ciências Sociais da UFJF, o presente GT promove a reflexão sobre os desafios e as implicações culturais, sociais e políticas associadas às transformações tecnológicas. Com o intuito de identificar questões latentes ou emergentes, fomentar o desenvolvimento de metodologias de pesquisa, articular referências teóricas interdisciplinares, debater hipóteses e propor maneiras de conter o avanço das apropriações escusas das TIC, terão espaço trabalhos teóricos e empíricos que articulem e/ou investiguem dinâmicas e impactos das tecnologias em tópicos como disseminação de desinformação, movimentos anticidência, polarização ideológica on-line, teorias da conspiração, discursos de ódio, desigualdades digitais, cibervigilância, direito ao esquecimento, deep fakes, cultura troll e comunidades baseadas em anonimato, mas sem perder de vista suas facetas positivas, em exemplos como os governos abertos, o Movimento Software Livre (e suas ramificações), o midialivrisimo e o ciberativismo.

GT 9 - Democracia, Representação e Eleições

Coordenadores:

Rodrigo Prado Mudesto

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Camila Miranda Evangelista

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Resumo: A pandemia de Covid-19 é, para além das suas consequências humanitárias das perdas

das famílias e da dor do luto, comumente creditada no noticiário e no debate público internacional como um evento geracional, que deve redefinir comportamentos e instituições para os próximos anos. Um vírus novo solapou os sistemas nacionais de saúde ao redor do globo e revelou deficiências de defesa dos sistemas sociais frente à contingência. Do ponto de vista político, a crise sanitária encontrou uma já combatida democracia liberal, no que muitas vezes foi descrita como padecendo de uma “Crise da Representação”. Se grandes dilemas do passado, como outras epidemias, guerras ou revoltas populares forneceram ribalta para que políticos se erguessem em estadistas, nutridos pela necessidade humana de líderes que encarnem projetos e esperanças, fortalecendo sentimentos nacionalistas e de coesão social. Essa “crise” atual veio confrontar uma já desacreditada representação política, e um mundo que cada vez mais se convence de que as “elites” e o “povo” não compartilham interesses. Esse contexto contribuiu para que políticas públicas, como vacinação em massa, restrições de circulação, uso de máscaras e etc., sofressem boicotes e questionamentos, mais políticos que técnicos. Em muitos momentos, em todo o mundo, as decisões políticas, os desejos da população e as orientações dos especialistas, todas as três construídas dia-a-dia, frente a um evento desnordeador e sem precedentes, conflitaram. Focando nos aspectos políticos da pandemia e tentando colaborar para os estudos de suas consequências, esse GT vai acolher trabalhos, tanto estudos de casos como teóricos, de qualquer abordagem das ciências sociais que: a) tentem contribuir para o entendimento de como a Pandemia pode, ou não, ter influenciado a maneira como as instituições políticas e da sociedade civil lidam com temas como a democracia, a opinião pública, a tomada de decisões e a transparência; b) se debrucem sobre o impacto da pandemia na atuação política e nas eleições em alguns países nos últimos anos. Textos de conjuntura tratando também das futuras eleições no Brasil são bem vindos.

GT 10 – As Ciências Sociais e a interdisciplinaridade frente à questão climática

Coordenadores:

Herlaine Ferreira

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Lara Bortolusci Leporati

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Resumo: Nas últimas décadas, as mudanças climáticas tem levantado debates cada vez mais intensos e urgentes. Atualmente, o diálogo em torno das consequências da intervenção do homem na natureza mobiliza os atores das tomadas de decisão, os setores público e privado, instituições governamentais e a sociedade civil em todas as escalas – local, regional e global. De forma geral, aquecimento global levanta a eminência de várias mudanças na sociedade moderna, o que exige do mundo científico uma grande empreitada na busca por entender o comportamento das estruturas sociais frente à crise climática e na busca por soluções, enquanto enfrenta o negacionismo. A atual relação homem x natureza é, portanto, o foco de importantes pesquisas na antropologia, na ciência política, na economia, na filosofia e nas ciências sociais de forma geral. No Brasil, em especial, o interesse pelo tema está na atual gestão ambiental, no importante conhecimento dos povos nativos, numa economia potente baseada no respeito à natureza associada ao combate à desigualdade, na atuação de movimentos sociais e organizações da sociedade civil etc. Por isso, esse GT receberá artigos que busquem o conhecimento interdisciplinar ao abordar os impactos econômicos, políticos, antropológicos, filosóficos e sociais gerados pela mudança climática.

GT 11 – Interseccionalidade entre raça, classe e gênero nas Ciências Sociais

Coordenadores:

Eric Fraga

Mestrando do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Alina Pacheco Govêa

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Ana Luíza Almeida Passos

Mestranda do Programa de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC (UFABC)

Resumo: A raça, bem como classe e sexo, foi considerada uma categoria social de poder baseada em uma ideologia fenotípica e hierarquizada. As estruturas de racismo, classe, gênero e sexualidade passam a ser concebidas como maneiras de complexificar as diversas análises sobre

as realidades sociais. Utilizar tais variáveis contribui para as mais diversas análises, partindo de múltiplos marcadores sociais inseridos em sistemas simbólicos como forma de complexificar as pesquisas e análises desenvolvidas. O termo “interseccionalidade”, cunhado primeiramente por Kimberlé Crenshaw (autora negra estadunidense, advogada, professora e que se dedicou a estudar as questões feministas e antirracistas nas leis anti criminais), surge como um projeto que visava abranger as questões raciais no centro do debate sobre gênero e sexualidade, bem como a inclusão de questões de gênero nos debates de raça e de direitos humanos. De diferentes formas e sistemas de opressões que se entrecruzam, compondo as redes simbólicas que atravessam as sociedades contemporâneas. Racismo, patriarcado e classe, atuam de forma a posicionar e reposicionar, dentro de cada estrutura simbólica, indivíduos em suas posições sociais. No caso brasileiro, a autora Sueli Carneiro (2003a, 2003b) também indaga a questão de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres, principalmente, por sua historicidade nas relações sociais: “[...] as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido (...)” (CARNEIRO, 2003, p. 1). Isto é, falar apenas em relações entre os sexos é um limite na própria análise social quando em contexto de colonização e dominação, nas sociedades multirraciais e racistas, como é o caso dos países latino americanos. Tais questões, referentes aos mais variados marcadores sociais, contribuíram para a agravação da crise identitária no Ocidente, sujeitos diversos reivindicam variadas pautas, botando em cheque o que entendemos como Ocidente e o que ela representa. Nesse sentido, este GT visa contemplar trabalhos que tratem diretamente de interseccionalidades múltiplas, assim como trabalhos referentes aos temas elencados como raça, gênero, sexualidade e classe e suas interferências em diversos contextos, sujeitos e sistemas.

GT 12 – Existências afro-latino-americanas na arte

Coordenadores:

Marina Lima

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Jefferson Medeiros

Mestre Mestre em Estudos Contemporâneos das Artes pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

Resumo: Este Grupo de Trabalho tem por orientação os pensamentos do sul global, com ênfase na produção latino-americana que tematiza as descolonizações e o pensamento *ladino-amefricano* (vide Lélia Gonzalez). Tendo isto, o GT se interessa por trabalhos dedicados aos mundos da arte em suas diversas expressões artísticas, como artes plásticas, visuais, cinema, literatura, poesia, intervenções urbanas – pixo, graffiti, estêncil, lambe etc., música, dança, entre outras, pensando produção, circulação, recepção, ações coletivas, agências e contravenções, bem como os sentidos culturais, políticos e sociais a eles associados. De forma ampla, cabem pesquisas sobre atores, movimentos, espaços, expressões e trajetórias que tenham como referência e/ou objeto os debates e as produções da e na América Latina. O foco recai, em especial, para produções afro-latinas e feministas, considerando os papéis político-culturais de produções artísticas engajadas e/ou que debatam questões raciais, colonialismo, decolonialidade, feminismo, movimento de mulheres e movimento negro. Isto é, como denúncia do sexismo e do racismo enraizados nas culturas latino-americanas e como certas produções e agentes desempenham um papel de (re)existência, não apenas no campo político, mas da cultura e da arte, em específico, que ainda se exprimem como espaços de segregação e hierarquia de gênero, raça e classe.